



AS COOPERATIVAS¹

Tem-se geralmente a ideia de que o homem é lobo do homem e nesta concepção se têm assentado doutrinas políticas, sociais e pedagógicas sem que se tenha tentado averiguar se essa hostilidade será natural ou produto de circunstâncias puramente exteriores e até mesmo se o aspecto contrário, o da união, da colaboração, da cooperação não lhe será superior; as observações superficiais do que se passa ou parece passar-se na vida quotidiana, o desconhecimento da maneira de viver dos povos que estão fora dos nossos hábitos sociais e que não apresentam nenhuma das características da violência que com tanta facilidade se atribuem aos homens, uma superficial e irreflectida adopção da doutrina darwinista da «luta pela vida», a impressão mais funda que o acto desagradável deixa sempre em comparação com o tom de quase indiferença do que nos ajudou e foi benéfico, tudo contribuiu para que se firmasse o preconceito da maldade humana e para que sobre ele construíssem os seus edifícios, práticos ou teóricos, todos os que nisso podiam ter algum interesse; acresce ainda, para lhe dar maior força, que a visão do mundo que pode formar cada um de nós está em íntima relação com a sua própria natureza ou os resultados da sua educação ou o meio ambiente em que se desenvolveu: por um lado, é nossa tendência o projectar sobre o universo a nossa maneira de pensar e ver por toda a parte a bondade ou a maldade, segundo o que sentimos dominante no nosso íntimo; Por outro lado, os espíritos encontram em geral no mundo o que são; a vida parece reagir e moldar-se segundo a aresta que lhe apresentamos: à dureza corresponde a dureza, o amor faz nascer o amor; aos olhos do céptico toda a realidade se dissolve, perante o homem de acção que nitidamente se marcou um fim dos seus esforços, tudo lhe parece oferecer, mesmo quando resiste, sobretudo quando resiste, pontos de apoio para que o seu avanço se faça, embora lento, com firmeza; os que, por defeito deles próprios ou da sociedade, aparecem hostis, batalhadores, descrentes da existência nos outros de qualquer boa corda não estão mais do que alargando ao objectivo o que é subjectivo e declarando doutrina científica o que apenas está servindo a sua falta de humanidade, a sua vontade de poder, o seu gosto do abaixamento alheio. Têm evidentemente ao seu dispor casos numerosos de batalhas entre os homens, mas esquecem todos os que significam entendimento e desejo de concórdia; facilmente ignoram que a miséria, a ignorância, talvez uma inteligência não muito desenvolvida, têm posto à disposição de dirigentes sem escrúpulos massas que sofrem e matam e morrem sem saberem porquê; finalmente, vão sempre buscar para exemplo um homem que uma longa evolução social afastou da natureza e atribuem-lhe os vícios que vêm apenas da fatalidade das organizações sociais em que se viu envolvido.

¹ *As Cooperativas*, Lisboa, Edição do Autor, 1942 (sem ilustrações).



E, no entanto, apesar de todas as dificuldades, apesar de todos os obstáculos que um sistema económico, que de resto não poderia ter sido outro, lhes levantou, os homens mostraram sempre o seu desejo de cooperação, o gosto da vida em comum em que possam auxiliar-se, puseram sempre como ideal um estado de sociedade, uma organização em que não teriam de separar o seu interesse individual do interesse da comunidade, em que os dois aspectos da sua vida na terra formassem um todo e lhes dessem a harmonia, a paz, a tranquilidade interior que os homens buscam acima de tudo. Nos povos primitivos faz-se a caça ou a pescaria em comum, repartem-se os produtos por todos os membros do grupo, quer pelos que participaram activamente na empresa, quer pelos que a doença ou a velhice incapacitaram; é o estágio mais próximo da natureza que podemos encontrar em agrupamentos humanos e as suas características são sempre idênticas: todos os que podem trabalhar trabalham, todos os que devem comer comem; zelar pelo que é seu contra o dos outros não tem significado porque tudo o que é fundamental como fonte de alimentação ou de vestuário ou de alojamento é comum a todos; não há guerras; não se tratam as mulheres e as crianças com a violência, embora mascarada, dos povos civilizados. Logo, porém, que mudou o sistema económico — e tinha de mudar para que a humanidade progredisse — apareceu no homem, como consequência da transformação o ímpeto de luta, a defesa egoísta do que lhe pertence, o desejo de tirar dos outros tudo o que puder; mas o homem sente que todos esses males não são inerentes à sua natureza, fala com saudade duma idade de ouro em que todos eram bons na Terra, e procura salvaguardar para dias futuros essa luz do bem que nele vai ardendo, apesar de todos os ventos e de todas as névoas; é a luta dramática entre a natureza e o que o mundo criado obriga a ser, a batalha sem tréguas para que os instrumentos que se inventaram para bem maior não sirvam, ao contrário, para o abafar de todo, o heroísmo de fazer, que através de tudo, mesmo nas piores condições, mesmo deformado, mesmo quase apagando-se, o bem primitivo se mantenha e possa nalguma hora resplandecer com mais força, alimentado por tudo o que os homens souberam imaginar e lhes dê maior domínio sobre a força do universo, libertando-lhes o espírito para empreendimentos verdadeiramente humanos; queremos a bondade dos primitivos, o seu desinteresse, a sua cortesia, a sua paz sem ostentação, mas queremos tudo em grau maior, numa vida mais variada e mais rica; o panorama que descobrimos da pequena colina e que nos deu a certeza de que o mundo é belo e nós temos a capacidade de o contemplar, queremos-lo agora ver do monte mais alto, completo, variado, digno alimento duma alma que aspira a infinitos; por isso empreendemos a viagem em que tanto se tem sofrido, em que tantas vezes a descrença e o desânimo nos têm invadido o espírito.

É característica do sistema económico que tornou possível o avanço da humanidade, até o ponto em que hoje nos encontramos, a concorrência, cujo resultado favorável para o indivíduo se exprime pelo lucro; nenhuma das grandes conquistas do homem no domínio da técnica se teria podido fazer sem o sistema de propriedade



individual dos meios de produção e de transporte e, portanto, sem a existência do lucro; pelo sacrifício, aos milhões, dos mais fracos de inteligência ou de corpo se salvaram e puderam viver os que tinham as qualidades de iniciativa, de audácia, de persistência que podiam assegurar o triunfo longínquo; as técnicas da produção eram tão rudimentares que uma propriedade comum, com distribuição equitativa, seria a miséria para todos, o estancar definitivo de todo o impulso de avanço; as exortações de Cristo, seguidas integralmente na época em que as fez — ou até há pouco tempo — teriam significado o desaparecimento das possibilidades de uma vida mais bela e mais forte, teriam significado que nunca mais o reino divino que Jesus pregava se teria podido estabelecer na terra; a riqueza existente, distribuída por todos, nada daria a cada um, nem se poderiam contemplar os lírios do vale quando era preciso trabalhar e trabalhar duramente; mas o valor de Cristo, que se toma aqui como o símbolo de todos os que pregaram doutrinas semelhantes, está exactamente em lançar uma esperança de sol, quando a noite parece fechar-se de todo, em fazer ver que o fim último do homem não era a luta pela vida, mas a sua contemplação compreensiva e serena. Em escala mais reduzida, com menor repercussão, mas não com menos valor ou menos coragem, desempenharam o mesmo papel os que tentaram guardar viva a lembrança da comunidade primitiva, os que num mundo de luta realizaram um princípio de fraternidade e de amor: parece que já o faziam os egípcios com pequenas cooperativas de consumo em que os homens se agrupavam para comprar produtos mais baratos, adquirindo-os por junto, com cooperativas de produção em que operários se associavam para fabricar e vender as mercadorias do seu ofício, com cooperativas de crédito que forneciam os capitais necessários para certos empreendimentos; tiveram também cooperativas, com o mesmo princípio, embora imperfeitamente definido de propriedade comum e de supressão do lucro individual, os gregos e os romanos; na Idade Média são cooperativas, sob certos aspectos, as corporações em que se juntam todos os trabalhadores do mesmo ofício, mas a primeira teoria bastante completa das cooperativas só aparece no século XVIII e é no século seguinte, com o surgir do industrialismo e do capitalismo em grande escala, que as cooperativas se começaram a desenvolver com aspectos modernos, sob o impulso das circunstâncias — desemprego, miséria do operário — e das doutrinas dos reformadores sociais como Owen e Fourier.

Era natural que, sendo um dos aspectos mais visíveis da revolução industrial dos princípios do século XIX, a dependência em que ficara a mão de obra, levada a trabalhar por salários muito baixos, mantidos, quando era necessário, pelo desemprego, tivesse vingado primeiro a ideia de cooperativa de produção: organizava-se um grupo de trabalhadores, arranjava, por cotização, o capital suficiente para que a laboração começasse e vendia os seus produtos em público, distribuindo pelos sócios o lucro que na outra empresa o capitalista guardaria para si; as cooperativas de produção foram numerosas, embora por defeito de organização e de funcionamento, a maior parte se não tivesse

[7]

[8]



sustentado; desenvolveram-se durante todo o século XIX e princípios do século XX e chegaram nalguns países, por exemplo a Dinamarca, com as suas cooperativas de lacticínios e de ovos, a um alto grau de perfeição. Se era certo, porém, que a situação dos trabalhadores melhorava muito, era também certo que não se estava senão substituindo um capitalista por vários e que o espírito do lucro prevalecia; levada ao seu grau extremo, a cooperativa de produção englobaria todos os trabalhadores do mesmo ramo de um país ou do mundo; como ninguém mais fabricava os produtos, isso lhes daria a possibilidade de explorar, como o faria um *trust* ou um *cartel*, os outros membros da colectividade: na Dinamarca, a existência das cooperativas dos leiteiros não impediu que em 1932 se abatessem 1.500 animais por semana, para que os produtos não descessem de preço e que os dinamarqueses, que podiam comer manteiga tivessem de empregar a margarina. Poderíamos também supor que a organização em cooperativas de produção se dava simultaneamente para todos os ramos teríamos então os vários grupos de produtores em face um dos outros, procurando comprar o mais barato possível e vender o mais caro possível, isto é mantendo um regime de guerra; a moderação só poderia vir ou da existência de um organismo central, ponhamos o Estado, que dirigisse tudo, e então já se entrava num regime que não era cooperativo e que podia ter graves consequências quanto a iniciativa e moralidade, afectando mesmo o nível de produção; ou da existência de um forte sentido moral que limitasse as ambições de cada um, o que parece utópico. À cooperativa de produção, só por si, é imoral, mas, como tudo no mundo, desempenhou o seu papel e deixou uma ideia que pode vir a ser útil; a de que é possível produzir sem ser pelo sistema do capitalismo individual; por outro lado, os trabalhadores que se agrupam em cooperativas de produção de certo modo se libertam do mecanismo económico vulgar, tomam consciência de uma certa posição social, de um certo número de problemas e ganham sob o aspecto puramente individual porque não são simples peças de máquina: têm iniciativa, têm vontade, habituam-se a lidar com uma realidade mais ampla, começam vendo o mundo e os homens sob um ângulo diferente, o que é sempre bom.

[9]

Cedo, porém, se notou o que havia de pouco avançado nas cooperativas de produção e se viu que era a cooperativa de consumo que podia na realidade unir todos os homens; como produtores somos adversários uns dos outros porque os nossos interesses são antagónicos; como consumidores temos todos o mesmo interesse: trata-se de comprar o mais barato possível, ou porque isso significa um poder de compra maior ou porque envolve uma diminuição do número de horas de trabalho. Foi em 1843 que em Rochdale, na Inglaterra, dois tecelões miseráveis tiveram a ideia de organizar uma cooperativa que comprasse os géneros por atacado e os distribuisse pelos sócios, acabando com os lucros do intermediário; como sempre, houve luta contra a incompreensão e, como sempre, também, a persistência venceu e o que parecia irrealizável realizou-se: a pequena loja abriu a 21 de Dezembro de 1844, com 28 sócios, que, três anos depois, ainda eram apenas 100; ninguém desanimou e passados sete anos havia 1.400 sócios, as operações atingiram cerca

[10]



de 5.000 contos e havia para distribuir pelos sócios um saldo de cerca de 200 contos; em 1855 os sócios eram já 5.000, com 10.000 contos de movimento e mais de 1.000 contos de sobras. Como programa, tinham posto os pioneiros de Rochdale a obrigação de pagar uma cota, a instalação de uma loja, a construção ou compra de casas para os sócios, a produção, para combater o desemprego e os salários baixos, a instituição de uma colónia no género das de Robert Owen, a luta anti-alcoólica; as mercadorias seriam vendidas ao preço habitual do mercado, mas no fim do ano o lucro seria repartido pelos sócios, não como um dividendo, isto é, em proporção ao capital, mas como excesso no preço, isto é, em proporção às compras feitas; a princípio, a cooperativa defendia as ideias dos socialistas do tipo Owen; mais tarde, estabeleceu-se que se podiam exprimir livremente todas as opiniões, o que equivale a dizer-se que a cooperativa era neutra sob o ponto de vista religioso e político. Os princípios dos pioneiros de Rochdale são os princípios fundamentais de toda a cooperativa: há, em primeiro lugar, a supressão do lucro; as sobras que se distribuem no fim do ano vêm apenas da necessidade de não entrar em conflito com o comércio não cooperativo e da inexistência de uma economia planificada, o que leva a só se poderem calcular preços justos no final de um exercício; em segundo lugar, a cooperativa aparece com um objectivo moral, além do económico; finalmente, afirma-se [11] que as cooperativas de consumo, que suprimem o lucro do intermediário, serão levadas, quando tiverem o número de sócios suficiente — como capital e como certeza de consumo — a montar produção, vindo a constituir o tipo completo de cooperativa — a de produção e consumo, que permite suprimir todo o lucro e, teoricamente, empregar todo o sócio nas melhores condições possíveis.

Com a cooperativa de produção e de consumo, e com todos os limites que, como veremos, o sistema económico em que nasceu lhe impõe, surgiu uma forma nova de economia que se manifestou bem diferente do que nesse campo se pensava e se fazia e cada vez mais foi acentuando as suas separações. Perante as doutrinas liberalistas em que se proclamava que as leis económicas se estabelecem como as do mundo da física ou da química, fora da vontade do homem e em que, para os dirigentes, não havia outra tarefa senão a de deixar que tudo se desenvolvesse segundo os pendores naturais e para os dirigidos não havia outra perspectiva senão a das grandes fortunas de um pequeno grupo de possuidores de capitais e a miséria quase permanente da restante população, afirmava a cooperativa que tem de se marcar um ideal de vida económica — para todos a vida de nível mais alto com o mínimo de dispêndio — e que tem o homem a possibilidade de guiar a economia, de a dirigir, de a fazer servir aos seus fins últimos; ao passo que os liberais se contradiziam, porque tendiam ao ideal no campo da política, por exemplo, e o abandonavam no campo económico, os cooperativistas viam-se no mundo com a força, e a eficiência de quem transforma, de quem modela a realidade até a ajustar ao que no espírito aparece como digno de seres humanos; e implicitamente afirmavam que o homem só se poderá considerar livre quando tiver dominado a questão económica, quando por [12]



esse lado quebrar todas as cadeias que o prendem a uma condição inferior. Quanto ao que se via como adversário do liberalismo económico, a doutrina proteccionista, também as cooperativas se mostravam contrárias: a protecção a um ramo de produtores contra o outro ou a protecção de uma indústria nacional contra a estrangeira, capaz de apresentar produtos mais baratos, por meio de pautas aduaneiras, apareciam aos cooperativistas como actos de guerra, como factores de desentendimento que prejudicam as boas relações entre os povos, e ainda como tendentes a agravar o custo de vida da entidade que importa acima de tudo — o consumidor; os próprios tratados de comércio, que parecem actos de paz, não são no fundo, para o cooperativista, mais do que resultados da batalha em que cada uma das partes contratantes procura obter do outro o máximo de vantagens, outorgando-lhe ela própria o mínimo que lhe foi possível; a estes simulacros de entendimento substituiria o cooperativista uma verdadeira colaboração entre povos, como se tinha estabelecido uma verdadeira colaboração entre os indivíduos; não pode haver paz no mundo enquanto se não adoptar uma fórmula pela qual o interesse de cada um se confunda com o interesse da colectividade: o que era verdadeiro para cada um dos cooperadores, não podia deixar de o ser no plano internacional; a cooperativa, combatendo o proteccionismo, afirmava que cada povo devia contribuir com o seu trabalho melhor para a felicidade geral, que as nações na realidade não tinham interesses antagónicos mas o mesmo interesse fundamental de viver com facilidade e pacificamente num mundo que tinha, ou havia de ter num futuro breve, possibilidades de sustentar toda a gente; além de tudo, e nisto, como em muitos pontos, bem contrário ao livre cambismo, o sistema proteccionista vinha em socorro da inferioridade ou da incompetência e sancionava um estado de coisas contrário a uma ideia de progresso humano.

[13]

Quanto, propriamente, a sistemas económicos, a cooperativa tinha de explicar a sua posição perante o capitalismo e perante as escolas socialistas, de reforma ou de revolução. Entendendo perfeitamente o papel histórico desempenhado pelo capitalismo, a sua, digamos fatalidade no desenvolvimento humano, reconhecendo todos os benefícios que daí advieram em progresso da técnica, em organização comercial, possivelmente no próprio apuramento das qualidades humanas, prestando ainda toda a homenagem à iniciativa, ao espírito de organizadores, à inteligência e, às vezes, às intenções humanitárias, da maior parte dos grandes chefes de indústria ou de comércio, a cooperativa era anti-capitalista, porque se levantava contra a legitimidade do lucro e mostrava que uma sociedade humana pode perfeitamente funcionar sem ele; o capitalismo, mantendo, desenvolvendo a concorrência, não deixava, a partir de certa altura da sua marcha, que os homens se aperfeiçoassem quer sob o ponto de vista material, quer sob o ponto de vista moral; a carestia dos produtos inibia-os de passar de certo nível de vida, quando havia as possibilidades técnicas de o fazer; o desemprego sempre de temer num mundo não organizado e num sistema em que se podia conseguir por ele o barateamento da mão de obra, punha o trabalhador em contínua inquietação; o mau ajustamento do progresso da



maquinaria com o número de horas de trabalho condenava à miséria milhares de homens; a batalha pelas matérias-primas, pelos mercados, pelo emprego criava entre os homens uma mentalidade que estava bem longe dos princípios de fraternidade e de amor por que, acima de tudo, se regia o cooperativista; por outro lado, e a posição foi sendo cada vez mais nítida à medida que as técnicas avançavam, o capitalismo, além de ser moralmente inferior, era também ineficaz: inutilizavam-se os produtos, deixava-se desaproveitada a invenção de novos mecanismos, condenava-se ao desemprego, desde nascença, uma grande parte dos homens, ao mesmo tempo que se continuava a exigir que, para se sustentarem, apresentassem dinheiro, isto é, o sinal de que tinham trabalhado; tudo levava, portanto, a pensar na sua substituição. Perante o socialismo, o cooperativista entendia que a parte económica de uma sociedade nova se tinha de funda na cooperação; não havia nenhum sistema de economia mais simples, mais capaz de organização, mais defensor da independência individual dentro de um entendimento geral, mais favorável a uma colaboração, a uma construção pacífica; por aqui, o cooperativismo manifestava-se, por um lado, contrário a toda estatização e por outro a toda a revolução; o Estado, como dirigente da economia, era para o cooperativista pouco eficaz e levaria os cidadãos, não a contarem sobre si e a desenvolverem ao máximo as suas possibilidades, mas a considerarem-se simples funcionários, simples peças de máquina com todos os inconvenientes fáceis de enumerar; e entendiam também os cooperatistas que toda a transformação social se tem de fazer por evolução, por educação dos interessados, por contacto, no mesmo trabalho, entre as várias classes; sem negar a existência das classes económicas, o cooperatista excluía a sua luta: as cooperativas exclusivamente socialistas foram poucas e desenvolveram-se com dificuldade. Em resumo, o movimento cooperatista seria partidário de um socialismo não estatista com plena liberdade religiosa e política, a que se chegaria por um trabalho lento de preparação dos dirigentes e dirigidos; quando a maioria de uma nação fosse cooperativista, com cooperativas de produção e consumo, também a maior parte dos instrumentos de trabalho estaria na posse do trabalhador, sendo fácil reduzir a parte restante e podendo, portanto, considerar-se o socialismo como realizado, sem todos os prejuízos da revolução e com um pessoal competente.

[14]

[15]

Desde já, a cooperativa tinha para a economia individual de cada um dos seus sócios o significado importante de que todo o seu acto de compra era um acto que lhe trazia aumento de disponibilidades, visto que a parte que teria de entregar como lucro ao fabricante ou ao lojista a receberia ele no fim do ano como sobra ou bónus; quanto à economia colectiva, o facto de toda a compra significar algum dinheiro poupado implica uma maior socialização de riquezas e, portanto, possibilidades de progresso que não existem com o sistema de comércio privado; acresce ainda que, para um mesmo salário, o poder de compra aumenta com o baratear do produto; os produtos da cooperativa são, naturalmente, os mais baratos e, por conseguinte, o poder de compra dos seus sócios leva



a um maior consumo; mas maior consumo significa, por seu turno, maiores necessidades de produção, o que leva ao desenvolvimento dos meios por que se realiza essa produção e à liquidação do desemprego. Às vantagens materiais não são consideradas pelo cooperativista nem como as únicas que há a ter em conta, nem como inúteis para se conseguir as que são mais importantes para a humanidade, as vantagens morais; o cooperatista sabe muito que, fora casos de carácter puramente excepcional, a situação económica tem uma enorme influência no que respeita ao desenvolvimento espiritual do indivíduo; um pobre não é um homem, mas apenas um esboço imperfeitíssimo de homem; faltam-lhe, além de tudo o que se refere a suficiência de alimentação, de vestuário, de alojamento, o ócio e a despreocupação necessárias para que atenda aos domínios intelectuais e morais; enquanto a humanidade não resolver o seu problema económico, toda a pregação moral será pouco mais do que palavras ao vento e toda a cultura pouco mais também do que um superficial engano; poder-se-ia objectar com os defeitos, num e noutro campo, do rico actual: mas o cooperatista responderia que o rico actual é, como o pobre, uma vítima, primeiro das dificuldades de produção, depois de um sistema económico que se sobrevive e que o obriga, ou para criar ou para defender a sua riqueza, a actos tão imorais como aqueles que pratica o pobre para tentar vencer a pobreza, a não dar verdadeira atenção ao apuramento da sua mentalidade: a cooperativa tenderia a dar a todos os meios materiais de serem morais, libertaria rico e pobre da sua escravatura, e levaria toda a humanidade para o seu verdadeiro campo, o dos problemas intelectuais e morais, terminando de vez com preocupações de nível mais baixo.

[16]

O triunfo do cooperatista significaria também o acesso a funções de larga direcção de homens que não tinham esperado a salvação de personagens ou acontecimentos milagrosos, mas que tinham confiado em si próprios, na sua inteligência, no seu esforço, na sua persistência, que tinham realizado através de tudo o seu ideal, que não tinham recuado perante a luta, mas sempre a tinham feito sem pensamento de ódio, de opressão ou de vingança; seriam ainda homens modelados pela prática, capazes de ajustamento à realidade, prontos a receber lições da vida, sem que isso significasse, no entanto, submissão à vida. No movimento teriam encontrado solução as antinomias do ideal e do real, do material e do moral, do interesse do indivíduo e do interesse da sociedade.

[17]

É forçoso, porém, reconhecer que as cooperativas actuais, mesmo as que são de produção e consumo, mesmo as que atingiram maior desenvolvimento e nos países de nível mental mais elevado estão muito longe ainda dos objectivos que se marcaram; vivem no seu tempo, como não podia deixar de ser, sofrem todas as consequências do sistema económico que, quando muito, as tolera. Unia grande parte vegeta por falta de capitais e, como era natural, não têm tido grande êxito as tentativas dos bancos cooperativos. Em todas elas o espírito dos associados, formado em sociedade capitalista e dominado por ela, tende ao capitalismo: o acto mais importante da cooperativa parece-lhes ser o da distribuição anual das sobras e acabam depressa as cooperativas que põem como parte do



seu programa a utilização das sobras ou em desenvolvimento da instituição ou em obras de educação e assistência; realmente, a sobra não é um dividendo, porque não se distribui na proporção do capital, mas o sócio toma-o sempre como um dividendo; não se ganhou, pois a batalha mais importante, a de apagar a mentalidade capitalista. Os sócios da cooperativa tratam em geral o assalariado, operário ou empregado ao seu serviço, em melhores condições que as empresas capitalistas: os salários são maiores e, por vezes, menor o dia de trabalho; mas os conflitos frequentes entre o assalariado e a cooperativa indicam que o problema ainda se não resolveu satisfatoriamente e que a questão principal, que não é a da quantidade do salário e a do número de horas de trabalho, continua tão vivo nas cooperativas como nas empresas capitalistas.

A fusão de classes que a cooperativa tenta realizar é igualmente bastante utópica: os sócios mantêm entre si a luta, não sob o ponto de vista económico, o que seria absurdo, mas, por exemplo, sob o da precedência das categorias sociais. A incompreensão e o desinteresse da vida colectiva são também bastante grandes: a imensa maioria de sócios das cooperativas não tem nenhuma ideia do seu funcionamento e dirige-se a ela apenas pelas vantagens práticas que lhe podem advir; não tem igualmente, consciência do papel da cooperativa na transformação da vida comum; e é facto bem conhecido de todo o cooperatista que nas assembleias-gerais só comparece uma minoria de sócios e menos se trata do interesse colectivo do que de questões individuais ou de busca do escândalo.

[18]

É claro que todos estes defeitos não são inerentes à cooperativa e provêm apenas de que o sistema económico geral é outro e de que o indivíduo não é educado para a cooperação, mas para a luta contra os outros indivíduos; intrinsecamente, a cooperativa só tem qualidades e apresenta-se como a solução mais perfeita dos problemas económicos do mundo, desde que tenha à sua disposição capitais suficientes, capacidade de entendimento internacional para uma racionalização económica do mundo, técnicos especializados nas questões de administração cooperativa. As cooperativas podem vir a transformar o mundo numa colectividade de trabalhadores que possuam os meios de produção e de transporte e em que a direcção pertença aos representantes, livremente eleitos, da colectividade; podem assegurar o aproveitamento de todos os progressos técnicos, substituindo a maquinaria já atrasada, o que hoje impede de fazer a existência do lucro privado; podem levar à especialização dos países, quanto a agricultura e indústria, barateando os produtos e diminuindo o trabalho; podem estabelecer um regime económico de rendimento máximo com o máximo também de liberdade individual; podem fornecer a base económica indispensável ao entendimento real de todos os homens de uma nação e indispensável também ao entendimento real entre todas as nações do mundo: não há paz duradoura sem uma economia justa; podem chegar, pelo progresso técnico e pelo ajustamento de produção e consumo, aos resultados hoje utópicos da supressão do salário e do dinheiro; numa palavra, as cooperativas têm dentro de si a possibilidade de realização de todos os sonhos de uma humanidade rica, poderosa, inteligente, feliz.

[19]



Parece, porém, que os cooperatistas não têm dado atenção suficiente ao valor da posse do poder político para que a transformação se possa efectuar, nem às relações que existem entre o poder político e o poder económico dentro de uma colectividade; é possível que a eliminação de uma classe possidente não seja uma operação económica, mas política e que, no caso dela, por motivos psicológicos, se opor à transformação, se revele ineficaz o processo da persuasão e da associação gradual; o cooperatista encontra-se desarmado, por exemplo, perante a hipótese de que a classe possidente lhe venha a cortar as possibilidades de persuasão e de associação; parece, pelo menos, que lhe seria difícil manter a ideia de uma transição pacífica.

NOTA DE LIVROS

FRANZ STAUDINGER — *Cooperativas de consumo* — Col. Labor, 76.

CARLOS GIDE — *O programa cooperatista* — Lisboa, 1937 e 1939.

ANTÓNIO SÉRGIO — *Introdução actual ao programa cooperatista* — Lisboa, 1937.

ANTÓNIO MARIA GODINHO — *Bancos cooperativos* — Lisboa, 1938.

FERNANDO EMÍDIO DA SILVA — *Cooperativas de consumo, sua técnica* — Lisboa, 1917.

R. TAMAGNINI BARBOSA — *Modalidades e aspectos do cooperativismo* — Porto, 1930.

E. POISSON — *La République coopérative* — Paris, 1920.

GROMOSLAV MLADENATZ — *Histoire des doctrines coopératives* — Paris, 1937.

B. LAVERGNE — *L'ordre coopératif* — Paris, 1927.

Revue des Études Coopératives.

SIDNEY AND BEATRICE WEBB — *Consumers' Cooperative Movement* — Londres, 1921.